



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional

DESAFIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS NA CONCEPÇÃO DOS(AS) EGRESSOS(AS) DE CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO À DISTÂNCIA

Antonio Israel Carlos da Silva¹
Angela Santana do Amaral²

Resumo: Este artigo discute os desafios político-pedagógicos da formação profissional na concepção de assistentes sociais egressos(as) de cursos de Serviço Social na modalidade ensino à distância (EAD). Através de pesquisa de campo e revisão de literatura identifica os dilemas que atravessam as particularidades da formação no EAD, situando, críticas, dificuldades e contradições no processo formativo.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação Profissional. Ensino à Distância.

Abstract: This paper discusses the political-pedagogical challenges in the conception of social workers graduated from Social Work courses in distance learning (EAD). Through field research and literature review, we sought to identify the dilemmas that cross the particularities in distance learning formation, placing criticisms, difficulties and contradictions in the training process.

Keywords: Social Work. Professional Qualification. Distance Learning.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a formação profissional em Serviço Social no Brasil enfrentou desafios de fundo. Particularmente, as mudanças na política educacional brasileira, em seus processos de contrarreforma do ensino público e ampliação da privatização, vêm sinalizando, especialmente, desde os anos 1990, ofensivas que atingem os processos pedagógicos em diversos aspectos: reestruturação curricular, aligeiramento da formação, fragilização teórico-analítica da dinâmica formativa, precarização do trabalho docente, dentre outras dimensões que constituem expressões singulares dessa problemática.

Mais recentemente, no começo dos anos 2000, a profissão enfrenta o desafio da ampliação de cursos de Serviço Social na modalidade ensino à distância (EAD). Associado aos processos de mercantilização do ensino, o EAD tem expressado liderança na oferta de novas vagas para a formação profissional.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal De Pernambuco, E-mail: israelsscarlos@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal De Pernambuco, E-mail: israelsscarlos@gmail.com.

Do ponto de vista quantitativo, o EAD tem superado o ensino presencial (público e privado). Em recente coleta de dados, referente ao ano de 2017 (Inep, 2018), identificamos que do total de 451 cursos de Serviço Social em funcionamento no Brasil, 379 são ofertados no ensino privado e 72 no ensino público. O EAD representa 33 cursos, ofertados em sua integralidade no ensino privado. Do total de 153.548 matrículas para o curso de Serviço Social, 61% (92.781) ocorreu no EAD e 39% (60.767, sendo 17.747 no público e 43.015 no privado) no ensino presencial

Diante do quadro de expansão de cursos em novas unidades de formação, a categoria profissional dos(as) assistentes sociais tem problematizado as implicações do processo formativo à distância para a profissão³. Construiu fóruns de discussões, eventos, e elaborou documentos que discutiam a incompatibilidade do EAD com a formação em Serviço Social.

As frentes de enfrentamento levam em consideração que a incompatibilidade se expressa nas dimensões pedagógicas, pela ausência da relação professor e aluno, ou seja, não pauta-se pela articulação presencial e coletiva, distanciando-se da perspectiva de formação desenhada nas Diretrizes Curriculares formuladas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996. Tem expressão no nível teórico, já que os referenciais de análise do material didático tendem a ser estranhos aos conteúdos hegemônicos do projeto de formação profissional. No aspecto político, tende a desenvolver sujeitos “atomizados” e distantes de debates coletivos enriquecedores das dimensões ético-políticas.

Apesar dos enfrentamentos então realizados, é inegável que as relações de força não foram favoráveis para limitar a expansão da formação nessa modalidade de ensino. Ademais, o empresariado nacional e internacional da educação, através de sua força sociopolítica e ideológica, assumiu papel dirigente no movimento de concentração de capitais e financeirização da educação, forjando o que Lima (2011) caracteriza como uma “nova burguesia de serviços educacionais”.

Segundo dados do Inep (2016), o avassalador processo de expansão do ensino privado corresponde atualmente a 87,5% do total das IES no país, com participação de apenas 12,5% do ensino público. No que se refere ao ensino público,

³ As entidades representativas da categoria, a citar: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS-CRESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), tem assumido significativo protagonismo em termos de respostas ético-políticas de enfrentamento à desigualdade educacional brasileira. O questionamento ao EAD não pode ser entendido como um segregacionismo educacional e, muito menos, como uma ofensiva subjetiva aos estudantes, tutores e professores inseridos nessa modalidade de ensino, posto que se trata de questionamentos direcionados à estrutura pedagógica e aos desafios teórico-metodológicos e ético-políticos que tendem a se constituir, com particularidades, nesse processo formativo.

os dados revelam ainda a ampliação da participação das unidades de ensino estaduais na educação superior pública, representando 40,7% do total de IES no ensino público; com 36,3% no âmbito federal e 23% municipal. Mesmo com as medidas de expansão do Reuni, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não lograram dados tão expressivos quanto a ampliação da rede estadual, que também vem operando os processos de interiorização da política de educação superior (INEP, 2016).

Dados do Inep (2016) evidenciam ainda que o número de matrículas de estudantes nos cursos de graduação à distância têm aumentado no Brasil, atingindo quase 1,4 milhão em 2015, o que representa 17,4% do total de matrículas na educação superior. Enquanto o número de matrículas no ensino presencial cresceu 2,3% entre 2014 e 2015, no EAD, a ampliação foi de 3,9%. No cenário de financeirização da economia, os programas governamentais: Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) permitiram o estreitamento da relação entre Estado e ensino privado no Brasil.

Consideremos o ensino à distância como mediação pedagógica apropriada pela dinâmica capitalista contemporânea, dadas as particularidades e legalidades próprias dessa modalidade de ensino. Sua introdução ao circuito de acumulação e valorização do capital é acompanhada de construções ideológicas que mistificam o determinismo tecnológico e sinalizam frentes ético-políticas de subtração intelectual crítica e individualização de práticas pedagógicas (SILVA, 2018).

Passada mais de uma década de EAD na profissão, sustentamos que houve um avanço na compreensão histórica e política sobre a temática. Todavia, continuamos enfrentando dificuldades para empreender a crítica desta realidade, seja pelo ocultamento - por parte do empresariado - da dinâmica mesma desta modalidade de ensino, seja pela ausência de avaliação dos sujeitos sobre a sua formação profissional.

Diante da contextualidade apresentada, neste trabalho, situamos os desafios político-pedagógicos apresentados pelos(as) egressos(as) no processo de formação profissional em Serviço Social, na particularidade do ensino à distância. Como estratégia metodológica, conseguimos nos aproximar dos(as) egressos(as)⁴ da formação no EAD e realizamos grupos de discussão para aplicação de questionário

⁴ A pesquisa de campo foi realizada com o apoio do Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (4ª região), a quem somos gratos. Foram realizados dois encontros com um grupo de assistentes sociais que estavam recebendo informações acerca da carteira de registro profissional. Na ocasião, convidamos os profissionais a participarem voluntariamente da pesquisa. Nos dois momentos, 10 sujeitos, formados em diferentes unidades de ensino à distância, concordaram em contribuir com a pesquisa. A pesquisa foi tabulada e os dados são confidenciais, respeitando os princípios éticos da pesquisa social.

com perguntas abertas e fechadas. O movimento aproximativo foi fundamental para extrairmos dos sujeitos que estavam na realidade concreta do EAD, os dilemas, as críticas e as contradições envolvidas na dinâmica formativa à distância.

Certamente, na literatura recente da profissão⁵, o debate sobre a massificação da formação, via ensino privado e à distância tem sido analisado sob a lógica de contraposição à cultura profissional, legatária do amadurecimento intelectual e político vivenciado por parte significativa da categoria. Esse processo tem criado tensões do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, já que todo processo formativo assume uma determinada postura ético-política, ou seja, não há qualquer possibilidade de neutralidade científica: nem nos projetos educacionais e, tampouco, nos profissionais. Assim, seguimos no próximo item com uma breve exposição de alguns resultados da pesquisa, o que poderá ser significativo para ampliarmos, ao nível das respostas teóricas, as evidências que incompatibilizam o projeto de formação crítico e as particularidades do EAD.

DESAFIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO NO EAD

Ao refletirmos sobre os desafios político-pedagógicos da formação profissional em Serviço Social no EAD destacamos um conjunto de concepções dos sujeitos pesquisados, a respeito da operacionalidade dos sistemas on-line, dimensões didáticas de tutores e docentes, e sobre o conteúdo/material didático-pedagógico basilar ao processo formativo.

[...] A tutora não era assistente social. Era professora de história. Uma boa professora, mas, não era assistente social. Assim, a maior dificuldade do EAD é a parte em que você não consegue interagir com o professor, quando você vai para o presencial, como quando eu fiz a especialização, agora a gente vê como foi mais difícil o entendimento, lá (Depoimento de egresso(a)).

Como destacado acima, no caso de algumas IES, nem mesmo a mediação pedagógica presencial era realizada por algum(a) assistente social. Além disso, algumas críticas demarcam que mesmo os tutores sendo vistos como referências docentes na formação, estes tinham um papel bastante limitado, quando da realização das atividades presenciais, no desempenho de atividades administrativas e burocráticas, como: passar frequência, enviar vídeos, slides e ser canal de acesso às instituições educacionais.

Para além das críticas à mediação pedagógica, também foi possível apreender, dos depoimentos, que a ausência de interação real entre docentes e estudantes, isto é, os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, comprometeu o processo formativo,

⁵ Cabe destacar as contribuições de Mota; Amaral, 2016; Pereira, 2014; Silveira Jr., 2016; Netto, 2006, 1996.

na medida em que não foi possível a realização de debates, interlocuções e conflitos necessários à dialeticidade dos processos educativos.

[...] No meu caso teve a questão da internet não funcionar. A tutora que ficava na sala também não era da área [...] Tem a plataforma, aí a gente entra, as vezes demora um pouquinho, ficava lento, tem as salas de bate-papo que o professor [inaudível] mas, sempre fica a desejar, sabe? (Depoimento de egresso(a)).

As críticas dos sujeitos pesquisados também se direcionam à operacionalidade técnica da modalidade EAD, cuja ausência de materiais de softwares sofisticados em algumas regiões do interior, ou mesmo de internet mais avançada, dificultaram a qualidade da formação. Há de convir que o EAD poderá apresentar falhas de monta, sobretudo em pequenas cidades, onde, nem sempre o acesso à internet apresenta sinais qualificados. No entanto, não é sobre a dimensão estritamente técnica que os questionamentos devem ser direcionados, com risco de críticas limitadas, e sim, às expressões ideológicas, ético-políticas e teórico-metodológicas que se expressam nas particularidades da formação na modalidade EAD.

Do ponto de vista da formação, em sentido amplo, poderíamos argumentar a existência de uma “nova cultura pedagógica” na formação do Serviço Social brasileiro, produzida pelo elenco de atividades virtuais, ausência de relação ensino-aprendizagem orgânica entre professor e estudante, mudanças no material didático-pedagógico da formação, tendências teóricas contrapostas às indicações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pela mudança de perfil discente e docente, claramente presente nos cursos de Serviço Social no EAD. Esses aspectos explicitam um amplo processo de disputa à cultura de formação coletiva e presencial, hegemonicamente, balizada em princípios pedagógicos emancipatórios e direcionados ético-política e teórico-metodologicamente pela tradição marxista.

A tendência à individualização do processo formativo apareceu como um dos produtos reais da formação à distância. Nessa modalidade de ensino o indivíduo torna-se o responsável direto pelo resultado de seu processo formativo, cabendo a ele saber lidar com as demandas apresentadas pelo ensino à distância, cuja flexibilidade pedagógica tende a tornar a apreensão de conhecimentos um ato solitário, pela via de uma relação entre homem e máquina. Afinal, os elementos mais próximos dos estudantes são os softwares, as vídeo-aulas, os livros-textos impressos, que na letra fria e distante elaboram “autocobranças” ao indivíduo, para que obtenha êxito, isoladamente, em sua formação profissional.

O EAD, portanto, expressa as mediações pedagógicas vinculadas ao “aprender a aprender” e a subjetivação dos processos educativos. Para Saviani (1999), o “aprender a aprender” alterou a concepção de conhecimento e a referência histórica das grandes sínteses do pensamento social, político e filosófico da humanidade, destituindo a capacidade do estudante articular-se com professores, como ponto de referência e estímulo crítico às reflexões e estimulando a ideia de que o auto-aprendizado seria a garantia para maior produtividade do trabalho.

De tal modo, identificamos que a modalidade EAD produz-se como derivação do ideário do “aprender a aprender” e das formulações da pedagogia tecnicista, uma vez que a ampliação do ensino mediado pelas TICs tendem a direcionar uma conformação pedagógica racionalizada para expressar o ilusionismo da neutralidade científica na difusão do conhecimento; com práticas educativas operacionalizada por canais virtuais, vídeos e materiais didáticos digitalizados e impressos, que também cumprem a função de serem motivacionais, estimulando os estudantes a continuarem inseridos nessa modalidade, incidindo sobre a subjetividade dos sujeitos em processo de formação.

Um exemplo significativo do que apontamos acima evidencia-se nos depoimentos a respeito do acesso ao estágio curricular. Os relatos evidenciam que, em algumas situações, foram os próprios estudantes que tiveram que fazer articulações individualmente na cidade de origem do polo ou próxima deste, para conseguir campo de estágio, num movimento de desresponsabilização da IES por tal atividade⁶.

A dificuldade que tivemos na questão da Unopar é que ela nos deixa à vontade para ir buscar os estágios. Ela não tem aquilo que muitas empresas fazem de ir buscar o campo para o estagiário. A gente que foi buscar o campo, essa foi a maior dificuldade que eu e meus colegas tivemos (Depoimento de egressa(a)).

Os relatos evidenciam que o momento privilegiado da indissociabilidade entre teoria e prática é perpassado por desafios desde o momento da procura do curso, dada à imensa demanda por estágio e, por vezes, ausência de condições éticas e técnicas para que os(as) assistentes sociais dos municípios possam receber novos estagiários.

O discurso abaixo sinaliza as dificuldades do estágio curricular do ponto de vista das condições de trabalho dos assistentes sociais. A nosso ver, as inquietações

⁶ Desrespeitando os princípios definidos pela Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE).

destacadas tratam-se de um reflexo do amplo processo de precarização das condições e relações de trabalho na contemporaneidade, diante do cenário de novas morfologias no mundo do trabalho. Como nos situa Antunes (2011, 2009) em seus estudos, esses impactos se referem à flexibilização dos direitos trabalhistas, instabilidade contratual da força de trabalho e demais formas de aviltamento, que atingem a autonomia relativa e o potencial de forças ético-políticas dos(as) assistentes sociais.

Sai de lá certo de que não quero trabalhar em CRAS. Dá uma aflição, não tem condições de você trabalhar, a cidade é pequena, a questão da estrutura, a questão política, a questão de não ter autonomia, falta recursos, falta transporte, falta muita coisa. A demanda é grande e você se sente impotente. A assistente social era contratada, sempre é, ainda hoje é, é temporária. (Depoimento de egresso(a)).

Ainda que breves, os relatos são significativos para problematizarmos a realidade concreta da formação profissional nas particularidades desta modalidade de ensino, que sob a aparência de inovação tecnológica nas práticas educativas, vem ocultando suas tendências ideológico-políticas e teórico-culturais, na conformação de novas formas de pensar e agir das classes trabalhadoras. No caso da formação em Serviço Social, fica evidenciado que as incompatibilidades não são meras denúncias políticas, apresentam conflitos reais no que tange à qualidade pedagógica e, por sua vez, teórica e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas de manutenção da ordem burguesa levaram o capital a reorganizar suas estratégias de legitimação, sendo a educação local privilegiado para sistematização e difusão de ideários, concepções de mundo e práticas sociais hegemônicas.

Nessa direção, o nosso estudo destacou que as mistificações em torno de um reordenamento social marcado pelo intenso uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) desdobraram na produção de concepções de “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento” (CASTELSS, 2003; DRUKER, 1993) na condição de novos arranjos ideoteóricos sistematizados organicamente para restauração do pensamento burguês.

Na esteira dos invólucros construídos em torno das TICs, a educação logo foi acionada pelos organismos internacionais, com vistas à elaboração de conformismos e consensos entre classes, na medida em que no âmbito da articulação entre Estado,

organismos internacionais e o empresariado a educação foi sinalizada como panaceia ao problema da pobreza e dos elevados índices de desigualdade social.

Ainda sob o julgo do cenário denominado neodesenvolvimentista os governos petistas investiram forças políticas para seguir, à risca, as receitas dos organismos internacionais, no que tange à política educacional. O EAD entrou no pacote de medidas, sendo entendido como empreendimento necessário à ampliação da formação de professores para a educação básica e para a formação de novos bacharéis, sobretudo, nos cursos de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas (PEREIRA, 2014).

As pesquisas desenvolvidas por Lima (2011) destacam que a política de ensino superior a distância não se trata da educação, em seu sentido amplo, e sim, de um tipo de ensino massificado, concebido como transmissão de informações, treinamento, instrução e capacitação em serviço, desarticulado da pesquisa e da produção de conhecimento. Essa política apresenta, em sua base de fundamentação teórica, duas noções centrais da concepção hegemônica de educação e de sociabilidade: “globalização econômica” e “sociedade da informação/conhecimento”.

Dito isso, a autora acima situa-nos que as configurações político-pedagógicas desenvolvidas pelo neoliberalismo na educação superior têm usado intensamente as tecnologias informacionais como uma nova mediação para socializar concepções hegemônicas de sociabilidade e de educação, adequando as classes trabalhadoras à nova ordem mundial.

A realização de nosso estudo identificou a complexidade das novas determinações da formação profissional, que envolve o tensionamento entre os princípios e finalidades do projeto ético-político profissional e as particularidades político-pedagógicas da formação à distância.

Cabe destacar, pelos depoimentos dos(as) egressos(as), que as referências pedagógicas do EAD foram depositadas à figura dos tutores, ao invés de conferirem legitimidade aos docentes que transmitem suas aulas, via satélite, nas cidades-sede das IES. Muitos dos tutores sequer têm formação em Serviço Social, e mesmo que o tenha, restringem suas atividades a realidades de procedimentos burocráticos na instituição de ensino. A dificuldade de acesso a informações, as dúvidas, e os desafios de interlocução com os professores reforçaram algumas fragilidades que o EAD oferece ao processo de formação e a garantia dos princípios pedagógicos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

No cenário de aumento da mercantilização do ensino, o EAD tende a ser ampliado nos próximos anos, sobretudo, se levarmos em consideração as medidas legislativas acordadas pelo MEC em 2017 – como parte das contrarreformas do governo Temer – as quais, através da nova regulamentação do artigo 80, da LDB (Lei 9.396/1996), confere legitimidade à abertura de novos polos sem a devida vistoria do MEC, assim como, regulamenta a possibilidade do EAD também ser utilizado no ensino fundamental e médio.

Diante do exposto, indicamos que é importante avançar na compreensão teórica sobre a consciência social dos agentes profissionais e sua vinculação com relações sociais totalizantes, no terreno próprio da luta de classes. Ademais disso, faz-se urgente identificar dilemas que atingem as condições de vida e trabalho, a subjetividade, a dimensão política e cultural dos novos agentes profissionais, sobretudo, os que realizaram sua trajetória formativa nos espaços mais fragilizados da formação, como é o caso do EAD.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mudo trabalho. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução – Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. Tese de doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, p. 613-636, out/dez, 2012.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Volume 01, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobreaincompatibilidade_2011.pdf. Acesso em: maio 2015.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Volume 2, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014. Acesso em maio 2015.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. Tradução – Nivaldo Montingelli Jr. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

LIMA, Kátia. A política de educação superior à distância nos anos de neoliberalismo. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 29, n.1, jan/jun. 2011.

MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Angela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org.) **Cenários, contradições e pelepas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 50. São Paulo: Cortez, ano XVII, 1996.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32ª. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Antonio Israel Carlos. **Os ideários dos egressos da formação profissional em Serviço Social no ensino à distância**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. 2018.

SILVEIRA JÚNIOR, ADILSON Aquino. Serviço Social e construção da hegemonia dominante. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org.) **Cenários, contradições e pelepas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.